

Número 179

I-B

Esta 1.ª série do *Diário* da República é apenas constituída pela parte B

DIÁRIO DA REPÚBLICA

SUMÁRIO

Ministérios das Finanças e da Administração Pública e do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional	
Portaria n.º 830/2005:	
Estabelece as taxas a cobrar pelo Instituto dos Resíduos pela apreciação de processos relativos ao movimento transfronteiriço de resíduos	5588
Ministérios do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, da Economia e da Inovação e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas	
Portaria n.º 831/2005:	
Renova, por um período de 12 anos, a concessão da zona de caça turística da Herdade das Tezas e outras (processo n.º 384-DGRF), abrangendo vários prédios rústicos sitos nas freguesias de Safara, Santo Aleixo de Restauração e Barrancos, municípios de Moura e Barrancos	5588
Portaria n.º 832/2005:	
Renova, por um período de seis anos, a concessão da zona de caça turística das Herdades do Álamo, Preguiça e outras (processo n.º 1067-DGRF), abrangendo vários prédios rústicos sitos na freguesia de Sobral da Adiça, município de Moura	5589
Ministérios do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas	3307
Portaria n º 833/2005.	

Aprova novas zonas vulneráveis

Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Portaria n.º 834/2005:

Regulamenta o curso de licenciatura em Engenharia Eléctrica e Electrónica (Curso Europeu) ministrado pelo Instituto Superior de Engenharia do Instituto Politécnico de Coimbra e aprova o respectivo plano de estudos

Portaria n.º 835/2005:

Fixa o número de vagas para a candidatura à matrícula e inscrição no ano lectivo de 2005-2006 no 2.º ciclo dos cursos bietápicos de licenciatura do ensino público, ao abrigo da alínea *b*.3) do n.º 1 do artigo 13.º do Regulamento Geral dos Cursos Bietápicos de Licenciatura das Escolas de Ensino Superior Politécnico . . .

Portaria n.º 836/2005:

Autoriza o Instituto Superior da Maia a ministrar o curso de licenciatura em Ciências da Comunicação e aprova o respectivo plano de estudos

Portaria n.º 837/2005:

Fixa as vagas para a candidatura à matrícula e inscrição no ano lectivo de 2005-2006 nos cursos de pós-licenciatura de especialização em Enfermagem ministrados em estabelecimentos de ensino superior público 5.

Portaria n.º 838/2005:

Autoriza a alteração do plano de estudos do curso de licenciatura em Arquitectura ministrado pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

5600

5597

5590

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Portaria n.º 830/2005

de 16 de Setembro

O Decreto-Lei n.º 296/95, de 17 de Novembro, que estabelece regras relativas à transferência de resíduos, veio dar seguimento a determinadas obrigações dos Estados membros constantes do Regulamento (CE) n.º 259/93, do Conselho, de 1 de Fevereiro, relativo à fiscalização e controlo das transferências de resíduos à entrada, no interior e à saída da Comunidade.

A presente portaria dá cumprimento ao disposto no artigo 2.º do referido diploma legal, fixando os montantes das taxas a cobrar pelo Instituto dos Resíduos (INR) pela apreciação dos processos de notificação relativos ao movimento transfronteiriço de resíduos.

Assim:

Ao abrigo do disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 296/95, de 17 de Novembro:

Manda o Governo, pelos Ministros de Estado e das Finanças e do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, o seguinte:

- 1.º Os montantes das taxas devidas pelo notificadores ao Instituto dos Resíduos (INR) para apreciação dos processos de notificação respeitantes ao movimento transfronteiriço de resíduos são calculados por aplicação da fórmula constante do anexo ao presente diploma e que dele faz parte integrante.
- 2.º O pagamento dos montantes calculados nos termos do número anterior é efectuado até 15 dias após a emissão da competente guia de receita do Estado.
- 3.º Por despacho do presidente do INR podem ser estabelecidas modalidades de pagamento através de meios electrónicos.
- 4.º Da aplicação da fórmula de cálculo referida no n.º 1.º não pode resultar a cobrança de um montante superior a \in 7140.
- 5.º Os valores a cobrar no âmbito desta portaria estão isentos do IVA, nos termos do n.º 2 do artigo 2.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado.
- 6.º Os quantitativos fixados na presente portaria são actualizados automaticamente de acordo com a taxa de inflação fixada anualmente pelo Instituto Nacional de Estatística, arredondando-se o resultado obtido para a casa decimal superior.
- 7.º A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação, sendo apenas aplicável a processos apresentados no INR em data posterior à da entrada em vigor da mesma.

Em 10 de Agosto de 2005.

O Ministro de Estado e das Finanças, Fernando Teixeira dos Santos. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Francisco Carlos da Graça Nunes Correia.

ANEXO

Cálculo das taxas devidas pela apreciação de processos de notificação relativos ao movimento transfronteiriço de resíduos.

As taxas são calculadas com base na seguinte fórmula: $T=F+(Q\times A)$

em que:

T=taxa a pagar pelo notificador;

F=montante definido para a análise de cada processo de notificação (eliminação/valorização) como correspondente a € 356,60;

Q=quantidade total de resíduos, em toneladas; A=variável calculada com base nos valores constantes do quadro seguinte:

(Em euros)

		Valor	ização
Movimento transfronteiriço	Eliminação	Verde (1) (2) Laranja (1)	Vermelha (¹) Não listados (³)
Exportação Importação Trânsito	1,25 1,25 0,5	1,1 1,1 0,4	1,2 1,2 0,5

⁽¹) Resíduos das listas verde, laranja e vermelha correspondentes, respectivamente, aos anexos II, III, e IV do Regulamento (CE) n.º 259/93, do Conselho, de 1 de Fevereiro.

MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO RE-GIONAL, DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO E DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS.

Portaria n.º 831/2005

de 16 de Setembro

Pela Portaria n.º 958/90, de 9 de Outubro, alterada pela Portaria n.º 34/95, de 13 de Janeiro, foi concessionada à Têxtil Manuel Gonçalves, S. A., a zona de caça turística da Herdade das Tezas e outras (processo n.º 384-DGRF), situada nos municípios de Moura e Barrancos, válida até 31 de Maio de 2005.

Entretanto, a entidade concessionária veio requerer a sua renovação.

Cumpridos os preceitos legais, com fundamento no disposto no n.º 3 do artigo 164.º do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto, no n.º 8 do artigo 44.º, em articulação com o disposto na alínea *a*) do n.º 2 do artigo 36.º e no n.º 2 do artigo 114.º, do Decreto-Lei n.º 227-B/2000, de 15 de Setembro, com a redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 338/2001, de 26 de Dezembro, ouvidos os Conselhos Cinegéticos Municipais:

Manda o Governo, pelos Ministros do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, da Economia e da Inovação e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, o seguinte:

1.º Pela presente portaria é renovada, por um período de 12 anos, a concessão da zona de caça turística da Herdade das Tezas e outras (processo n.º 384-DGRF), abrangendo vários prédios rústicos sitos nas freguesias de Safara, Santo Aleixo da Restauração e Barrancos, municípios de Moura e Barrancos, com a área de 2759 ha, conforme planta anexa à presente portaria e que dela faz parte integrante.

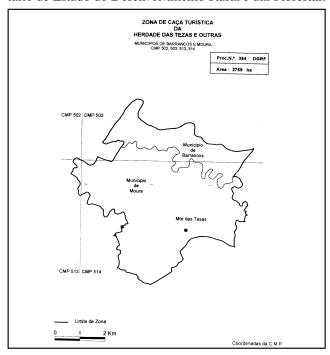
⁽²) Resíduos da lista verde sujeitos a notificação, ao abrigo das alíneas c) e d) do n.º 3 do artigo 1.º do Regulamento (CE) n.º 259/93, do Conselho, de 1 de Fevereiro.

⁽³⁾ Resíduos ainda não incluídos nas listas verde, laranja e vermelha.

2.º A presente portaria produz efeitos a partir do dia 1 de Junho de 2005.

Em 18 de Julho de 2005.

Pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Humberto Delgado Ubach Chaves Rosa*, Secretário de Estado do Ambiente. — Pelo Ministro da Economia e da Inovação, *Bernardo Luís Amador Trindade*, Secretário de Estado do Turismo. — Pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Rui Nobre Gonçalves*, Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas.



Portaria n.º 832/2005

de 16 de Setembro

Pela Portaria n.º 85/99, de 3 de Fevereiro, alterada pela Portaria n.º 231/2000, de 27 de Abril, foi renovada até 16 de Julho de 2004 a zona de caça turística das Herdades do Álamo, Preguiça e outras (processo n.º 1067-DGRF), situada no município de Moura, concessionada à Junta de Freguesia de Sobral da Adiça.

Entretanto, a entidade concessionária veio requerer a sua renovação.

Cumpridos os preceitos legais, com fundamento no disposto no n.º 3 do artigo 164.º do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto, no n.º 8 do artigo 44.º, em articulação com o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 36.º e no n.º 2 do artigo 114.º, do Decreto-Lei n.º 227-B/2000, de 15 de Setembro, com a redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 338/2001, de 26 de Dezembro, ouvido o Conselho Cinegético Municipal:

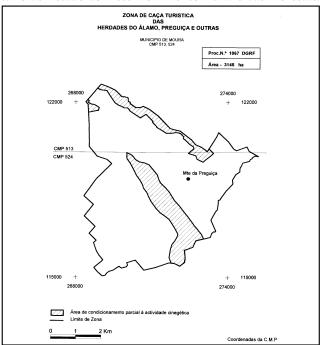
Manda o Governo, pelos Ministros do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, da Economia e da Inovação e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, o seguinte:

1.º Pela presente portaria é renovada, por um período de seis anos, a concessão da zona de caça turística das Herdades do Álamo, Preguiça e outras (processo n.º 1067-DGRF), abrangendo vários prédios rústicos sitos na freguesia de Sobral da Adiça, município de Moura, com a área de 3145 ha.

- 2.º São criadas três áreas de condicionamento parcial à actividade cinegética, devidamente demarcadas na planta anexa à presente portaria.
- 3.º A presente portaria produz efeitos a partir do dia 17 de Julho de 2004.

Em 11 de Agosto de 2005.

Pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Humberto Delgado Ubach Chaves Rosa*, Secretário de Estado do Ambiente. — Pelo Ministro da Economia e da Inovação, *Bernardo Luís Amador Trindade*, Secretário de Estado do Turismo. — Pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Rui Nobre Gonçalves*, Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas.



MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO RE-GIONAL E DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVI-MENTO RURAL E DAS PESCAS.

Portaria n.º 833/2005

de 16 de Setembro

O Decreto-Lei n.º 235/97, de 3 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 68/99, de 11 de Março, estabelece o regime de protecção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola, transpondo para o direito interno a Directiva n.º 91/676/CEE, do Conselho, de 12 de Dezembro.

Dispõe o n.º 1 do artigo 4.º do mencionado decreto-lei que a identificação, por lista, das águas poluídas por nitratos de origem agrícola e das águas susceptíveis de o virem a ser, bem como as áreas que drenam para aquelas águas, designadas por zonas vulneráveis, é realizada por portaria dos Ministros do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, aprovada sob proposta elaborada pelo Instituto da Água. Em cumprimento dessa mesma disposição, foi aprovada a Portaria n.º 1100/2004, de 3 de Setembro.

O n.º 2 do artigo 4.º do citado diploma legal estabelece ainda que a referida lista de zonas vulneráveis deverá ser analisada e, se necessário, revista ou aumentada em tempo oportuno de modo a ter em conta alterações e factores imprevistos por ocasião da primeira designação. Ora, as circunstâncias vieram demonstrar que importa realizar, por um lado, uma revisão da zona vulnerável n.º 1, Esposende-Vila do Conde, e cria duas novas zonas vulneráveis para Elvas-Vila Boim e Luz-Tavira.

Assim:

Considerando o disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 235/97, de 3 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 68/99, de 11 de Março:

Manda o Governo, pelos Ministros do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, o seguinte:

1.º A zona vulnerável n.º 1, Esposende-Vila do Conde, aprovada pela Portaria n.º 1100/2004, de 3 de Setembro, passa a ter a delimitação constante do anexo à presente portaria e que dela faz parte integrante.

2.º À lista das zonas vulneráveis aprovada pela Portaria n.º 1100/2004, de 3 de Setembro, acrescem as zonas n.ºs 7, Elvas-Vila Boim, e 8, Luz-Tavira, cuja delimitação

consta do anexo à presente portaria.

3.º Os originais das cartas contendo a delimitação das áreas territoriais a que aludem os números anteriores ficam depositados no Instituto da Água e no Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica.

Em 20 de Julho de 2005.

O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*. — Pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Rui Nobre Gonçalves*, Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas.

ANEXO

Zonas vulneráveis

Continente

	ī	i	
Número	Nome	Carta (IGeoE) 1:25 000	Delimitação
1	Esposende-Vila do Conde	68, 82 e 96	Área delimitada pelo limite das freguesias de Antas, Forjães, Vila Chã, Curvos, Vila Cova, Perelhal, Fornelos, Gilmonte, Milhazes, Vilar de Figos, Paradela, Cristelo, Barqueiros, Estela, Navais, Aver-o-Mar, seguindo pela IC 1 até ao limite da freguesia de Argivai até ao IC 1 para sul até ao limite da freguesia de Touguinha, seguindo pela freguesia de Vila do Conde e a orla costeira até à freguesia de Antas.
7	Elvas-Vila Boim	399, 400, 413, 414, 427 e 428	Area delimitada pela estrada de campo desde Vila Boim em direcção ao Monte Valbom, Monte Texugo, Monte da Atalaia, Monte da Alcarapinha, Monte do Passo até à EN 243-1; inflecte para norte passando por Vila Fernando até Barbacena em direcção à EN 246, passando por Monte do Torrão, Monte da Carvalha, Monte das Palminhas, Monte da Cabeça Gorda, Monte da Vila Cova e Horta da Vimagreira. Na EN 246 inflecte para sueste em direcção a Elvas, passando por São Vicente; segue ao longo da ribeira do Celo até à linha de caminho de ferro, seguindo por esta até ao cruzamento com a estrada que segue até à EN 372, seguindo por esta direcção a Elvas. Seguindo pela estrada nacional de Elvas em direcção ao Monte da Torre da Bolsa até ao entroncamento com a estrada de campo que leva ao Monte de D. João, passando pelo Monte da Alagada; segue pela estrada de campo até ao rio Guadiana, seguindo por este para jusante até à estrada que passa pelo Monte da Cascalheira, Monte do Falcato, passando pela carreira de tiro, Casas Novas, Quinta de Santa Clara, Monte do Garro, Monte de Alcamins do Meio, Pomar d'El Rei, Monte das Lameiras, Herdade da Serra das Correias,
8	Luz-Tavira	608	seguindo para norte até Vila Boim, passando pela Quinta da Madalena. Área delimitada pela EM 515 em Tavira em direcção a Santa Luzia; segue pela linha de costa até ao CM 1343, seguindo por este até ao cruzamento com a EN 125; segue por esta em direcção a Faro até ao cruzamento com o CM 1339, inflecte para norte até à EM 516, seguindo para oeste até à ribeira dos Mosqueiros; segue ao longo desta até à EM 514-1, em direcção à EM 514, seguindo esta até ao entroncamento com a estrada de campo em direcção à EN 270, continuando esta até à linha de caminho de ferro, segue por este até à EM 514, continuando por esta até à EM 515 em Tavira.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Portaria n.º 834/2005 de 16 de Setembro

Sob proposta do Instituto Politécnico de Coimbra e do seu Instituto Superior de Engenharia;

Considerando o disposto no artigo 13.º da Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema

Educativo), alterada pela Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro;

Considerando o disposto na Portaria n.º 841/2004, de 16 de Julho;

Considerando que, nos termos do n.º 3 do n.º 3.º da Portaria n.º 841/2004, de 16 de Julho:

O curso de licenciatura em Engenharia Eléctrica e Electrónica (Curso Europeu) ministrado pelo Instituto Superior de Engenharia do Instituto Politécnico de Coimbra «é ministrado no âmbito de um projecto conjunto entre estabelecimentos de ensino superior de sete países europeus: Alemanha, Espanha, França, Finlândia, Inglaterra, Holanda e Portugal»;

- «Os dois primeiros anos do curso são realizados em Portugal no Instituto Superior de Engenharia de Coimbra»;
- «Os 3.º e 4.º anos são realizados em dois dos outros países que integram o projecto»;

Ao abrigo do disposto na Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro (estatuto e autonomia dos estabelecimentos de ensino superior politécnico), alterada pelas Leis n.ºs 20/92, de 14 de Agosto, e 71/93, de 26 de Novembro, e no capítulo III do Decreto-Lei n.º 316/83, de 2 de Julho:

Manda o Governo, pelo Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, o seguinte:

1.º

Plano de estudos

- 1 É aprovado nos termos do anexo à presente portaria o plano de estudos do curso de licenciatura em Engenharia Eléctrica e Electrónica (Curso Europeu) ministrado pelo Instituto Superior de Engenharia do Instituto Politécnico de Coimbra, criado pela Portaria n.º 841/2004, de 16 de Julho.
- 2 Os estudantes que ingressem no curso no Instituto Superior de Engenharia do Instituto Politécnico de Coimbra, adiante designado Instituto, realizam:
 - a) Os 1.º e 2.º anos do curso no Instituto, com os planos de estudos constantes dos quadros I e II;
 - b) O 3.º ano num estabelecimento de ensino parceiro do projecto com um plano de estudos fixado por essa instituição nos termos do acordado no âmbito do projecto;
 - c) O 4.º ano num estabelecimento de ensino parceiro do projecto com um plano de estudos fixado por essa instituição nos termos do acordado no âmbito do projecto.
- 3 Os estudantes que ingressem no curso num estabelecimento de ensino parceiro do projecto:
 - a) Se frequentarem o 3.º ano do curso no Instituto, realizam o plano de estudos constante do quadro III;
 - b) Se frequentarem o 4.º ano do curso no Instituto, realizam o plano de estudos constante do quadro IV.

2.°

Duração

1 — O número de semanas lectivas efectivas de cada semestre lectivo, excluindo as destinadas a avaliação de conhecimentos, não pode ser inferior a 15.

2 — O número de semanas lectivas efectivas de cada ano lectivo, excluindo as destinadas a avaliação de conhecimentos, não pode ser inferior a 30.

3.°

Regimes escolares

Os regimes de frequência, avaliação de conhecimentos, precedência, transição de ano e prescrição são:

- a) Em relação às unidades curriculares em que os estudantes se inscrevem no Instituto, os fixados pelo órgão legal e estatutariamente competente do estabelecimento de ensino;
- b) Em relação às unidades curriculares em que os estudantes se inscrevem noutro estabelecimento de ensino parceiro do projecto, os fixados nos termos da legislação aplicável no país em causa.

4.º

Projecto Final

A unidade curricular denominada «Projecto Final»:

- a) Para os alunos que se inscrevem nesta unidade no Instituto, realiza-se nos termos fixados por regulamento a aprovar pelo órgão legal e estatutariamente competente do estabelecimento de ensino;
- b) Para os alunos que se inscrevem nesta unidade num estabelecimento de ensino parceiro do projecto, realiza-se nos termos da legislação aplicável no país em causa.

5.°

Condições para obtenção do grau

É condição para obtenção do grau de licenciado a aprovação na totalidade das unidades curriculares que integram o plano de estudos do curso.

6.°

Classificação final

- 1 A classificação final do curso é a média aritmética ponderada, arredondada às unidades (considerando como unidade a fracção não inferior a cinco décimas), das classificações das unidades curriculares que integram o plano de estudos do curso.
- 2 Os coeficientes de ponderação são fixados pelo órgão legal e estatutariamente competente do estabelecimento de ensino.

7.°

Aplicação

O disposto no presente diploma aplica-se a partir do ano lectivo de 2004-2005, inclusive.

O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, José Mariano Rebelo Pires Gago, em 29 de Agosto de 2005.

ANEXO

Instituto Politécnico de Coimbra

Instituto Superior de Engenharia de Coimbra

Curso de Engenharia Eléctrica e Electrónica (Curso Europeu)

Grau de licenciado

QUADRO I

1.º ano

			Escolarida	ide (em horas	s semanais)			
Unidades curriculares	Tipo	Aulas teóricas	Aulas teórico- -práticas	Aulas práticas	Seminários	Estágios	ECTS	Observações
Língua Estrangeira I — Nível 1 Língua Estrangeira II — Nível 1 Análise Matemática I Álgebra Linear e Geometria Analítica Sistemas Digitais I Computadores e Programação I Electrotecnia I Física Geral Análise Matemática II Electrotecnia II Sistemas Digitais II Computadores e Programação II Medidas e Instrumentação I Probabilidades e Estatistica	Anual 1.° semestre 1.° semestre 1.° semestre 1.° semestre 1.° semestre 1.° semestre 2.° semestre 2.° semestre 2.° semestre 2.° semestre 2.° semestre 2.° semestre	2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2	2 2 2 4 2	2 2 2 2 2 2			4 4 5 4 4,5 4,5 4,5 4 5 4,5 4 4,5 4	

QUADRO II

2.º ano

			Escolarida	de (em horas	s semanais)			
Unidades curriculares	Tipo	Aulas teóricas	Aulas teórico- -práticas	Aulas práticas	Seminários	Estágios	ECTS	Observações
Língua Estrangeira I — Nível 2	Anual			2			4	
Língua Estrangeira II — Nível 2	Anual			2			4	
Electrónica I	1.º semestre	2		3			5	
Gestão de Empresas		2	2				4	
Medidas e Instrumentação II	1.º semestre	2		2			4	
Complementos de Matemática	1.º semestre	2	2				4,5	
Métodos Numéricos	1.º semestre	2	2				4	
Teoria de Sistemas I	1.º semestre	2	2				4,5	
Electrónica II	2.° semestre	2		3			5	
Teoria de Sistemas II	2.° semestre	2	2				4	
Sistemas de Comunicação de Dados I	2.° semestre	2	_	2			4	
Electromagnetismo	2.º semestre	2	2				5	
Gestão de Energia	2.º semestre	2	2				3,5	
Microprocessadores	2.º semestre	2		2			4,5	

QUADRO III

			Escolarida	ade (em horas	s semanais)			
Unidades curriculares	Tipo	Aulas teóricas	Aulas teórico- -práticas	Aulas práticas	Seminários	Estágios	ECTS	Observações
Língua Estrangeira I — Nível 3 Língua Estrangeira II — Nível 3 Máquinas Eléctricas Instalações Eléctricas Controlo de Sistemas Sistemas de Energia Eléctrica Sistemas de Comunicação de Dados II Electrónica de Potência Educação na Indústria	Anual	2 3 2	2 2	2 2 2 2 3 2 2		25	4 4 5 4 4,5 4,5 4 4 26	

OUADRO IV

4.º ano

		Escolaridade (em horas semanais)						
Unidades curriculares	Tipo	Aulas teóricas	Aulas teórico- -práticas	Aulas práticas	Seminários	Estágios	ECTS	Observações
Análise Avançada de Sistemas Eléctricos	1.º semestre 1.º semestre 1.º semestre 1.º semestre 1.º semestre 2.º semestre	2 2 2 2 2 2 2	2	2 2 4 2 2 2			5 4,5 5 5,5 4,5 5,5	

Portaria n.º 835/2005

de 16 de Setembro

Sob proposta dos estabelecimentos de ensino superior público referidos no anexo ao presente diploma;

Considerando o disposto no artigo 13.º da Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo), alterada pela Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro;

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 14.º do Regulamento Geral dos Cursos Bietápicos de Licenciatura das Escolas de Ensino Superior Politécnico, aprovado pela Portaria n.º 413-A/98, de 17 de Julho, alterada pelas Portarias n.ºs 533-A/99, de 22 de Julho, e 1359/2004, de 26 de Outubro, e no capítulo III do Decreto-Lei n.º 316/83, de 2 de Julho:

Manda o Governo, pelo Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, o seguinte:

1.º

Vagas

São aprovadas as vagas para a candidatura à matrícula e inscrição no ano lectivo de 2005-2006 no 2.º ciclo dos cursos bietápicos de licenciatura do ensino público, ao abrigo da alínea *b*.3) do n.º 1 do artigo 13.º do Regulamento Geral dos Cursos Bietápicos de Licenciatura das Escolas de Ensino Superior Politécnico, aprovado pela Portaria n.º 413-A/98, de 17 de Julho, alterada pelas Portarias n.ºs 533-A/99, de 22 de Julho, e 1359/2004, de 26 de Outubro, nos termos do anexo a esta portaria.

2.0

Afectação das vagas

- 1 Nos estabelecimentos de ensino em que existam cursos cujo 2.º ciclo se encontre desdobrado em ramos, o órgão a que se refere o n.º 2 do artigo 14.º do Regulamento Geral dos Cursos Bietápicos de Licenciatura das Escolas de Ensino Superior Politécnico procede à afectação das vagas aos mesmos.
- 2 Nos estabelecimentos de ensino em que existam cursos cujo 2.º ciclo seja ministrado nos regimes diurno e nocturno, o órgão a que se refere o número anterior procede à afectação das vagas aos mesmos quando tal afectação não conste do anexo a esta portaria.

3.º

Entrada em vigor

Esta portaria entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, José Mariano Rebelo Pires Gago, em 29 de Agosto de 2005.

ANEXO

Vagas a que se refere a alínea *b*.3) do n.º 1 do artigo 13.º do Regulamento Geral dos Cursos Bietápicos de Licenciatura das Escolas de Ensino Superior Politécnico (aprovado pela Portaria n.º 413-A/98, de 17 de Julho, alterada pelas Portarias n.ºs 533-A/99, de 22 de Julho, e 1359/2004, de 26 de Outubro) para o ano lectivo de 2005-2006:

Universidade de Aveiro	Vagas			
Escola Superior de Saúde de Aveiro				
Fisioterapia	4 4 4			
Instituto Superior de Contabilidade e Administração				
Contabilidade e Administração	45 10			
Instituto Politécnico de Beja				
Escola Superior Agrária				
Engenharia Agro-Florestal Engenharia Agro-Pecuária Engenharia Alimentar Engenharia do Ambiente Engenharia dos Sistemas Agrícolas e Ambientais	15 20 10 5 15			
Escola Superior de Educação				
Animação Sociocultural	8 8			
Escola Superior de Tecnologia e Gestão				
Engenharia Civil Engenharia Informática Estratégia e Gestão Turísticas Gestão de Empresas Engenharia Topográfica	8 5 5 5 5			

Instituto Politécnico do Cávado e do Ave	Vagas	Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova	Vagas
Escola Superior de Gestão de Barcelos		Contabilidade e Gestão Financeira	5
Contabilidade e Finanças Públicas	5		
Contabilidade Empresarial	10	Marketing	5
Fiscalidade	5		
Contabilidade (regime nocturno)	10 5	Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias	
i iscandade (regime noctarno)	J	Análises Clínicas e de Saúde Pública	1
Escola Superior de Tecnologia		Fisioterapia	8
Sistemas de Informação para a Gestão	5	Escola Superior de Tecnologia	
Sistemas de Informação para a Gestão (regime	_		
nocturno)	5	Engenharia Civil	8
Instituto Politécnico de Bragança		Engenharia Electrotécnica e das Telecomunicações	8
Escola Superior Agrária		Engenharia Industrial	8
Engenharia Agronómica	8	Engenharia Informática	8
Engenharia Biotecnológica	8	Engenharia Informática e das Tecnologias da Informação	8
Engenharia do Ambiente e Território	12	Imormação	O
Engenharia Zootécnica	4 4	Instituto Politécnico de Coimbra	
Engenharia Piorestai	4	Escola Superior Agrária	
Escola Superior de Educação			C
Animação e Produção Artística	6	Ecoturismo Engenharia Agro-Pecuária	8
Ciências do Desporto, variante de Gestão e Lazer	3	Engenharia Alimentar	5
Tradução	3	Engenharia do Ambiente	5
Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Bragança		Engenharia dos Recursos Florestais	5
Contabilidade e Administração	10	Escola Superior de Educação	
Engenharia Civil	10		_
Engenharia Electrotécnica	10	Animação Socioeducativa	7 14
Engenharia Informática	10 10	Comunicação e Design Multimédia	8
Engenharia Química	10	Turismo	7
Gestão de Empresas	10		
Gestão e Engenharia Industrial	10 10	Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital	
Informatica de Gestao	10	A desirate a second	22
Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Mirandela		Administração e Finanças Engenharia Civil e do Ambiente	23 15
Contabilidade e Administração	10	Engenharia de Computadores e de Sistemas	13
Gestão Sociocultural	10	Informáticos	15
Gestão e Administração Pública	10 10		
Informática e Comunicações	10	Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra	
Planeamento e Gestão em Turismo		Análises Clínicas e de Saúde Pública	10
Tecnologias da Comunicação	10	Cardiopneumologia Farmácia	3
Instituto Politécnico de Castelo Branco		Fisioterapia	4
Escola Superior Agrária		Radiologia	8
Engenharia Biológica e Alimentar	5	Saúde Ambiental	15
Engenharia da Produção Animal	5	Instituto Superior de Contabilidade e Administração	
Engenharia dos Recursos Naturais e Ambiente	5	instituto Superior de Contabindade e Administração	
Engenharia Florestal	5 5	Contabilidade e Auditoria	9
Engenharia das Ciencias Agrarias	3	Gestão de Empresas	9
Escola Superior de Artes Aplicadas		information de Cestae	Ö
Artes da Imagem	10	Instituto Superior de Engenharia	
Design de Moda e Têxtil	5	Engenharia Civil	10
Música, variante de Formação Musical		Engenharia Electromecânica	5
ividolea, variante de monumento	4	Engenharia Electrotécnica	
Escola Superior de Educação		Engenharia Informática e de Sistemas Engenharia Mecânica	4
Tradução e Assessoria de Direcção	5	Engenharia Química	

Universidade do Algarve	Vagas		Vagas
Escola Superior de Educação de Faro		Engenharia Civil	15
Ciências da Comunicação	15	Engenharia e Gestão Industrial	5 5
Design	5	Engenharia Informática e Comunicações Engenharia do Ambiente	4
Educação e Intervenção Comunitária	5	Engenharia Electrotécnica	
Tradução	5	Engenharia Informática	5
Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo de Faro		Engenharia Mecânica	10
		Organização e Gestão de Empresas	10 4
Gestão Hoteleira	3 5	Solicitadoria	
Turismo	<i>5</i>	Tradução	
		Escola Superior de Tecnologia do Mar de Peniche	
Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo de Faro (Portimão)		•	10
Gestão Hoteleira	3	Biologia Marinha e Biotecnologia Engenharia Biológica e Alimentar	10 10
Turismo	5	Gestão Turística e Hoteleira	
Gestão (regime nocturno)		Turismo e Mar	
Escola Superior de Saúde de Faro		Escola Superior de Turismo e Hotelaria do Estoril	
Dietética	3	Direcção e Gestão Hoteleira	10
Radiologia	15	Direcção e Gestão de Operadores Turísticos	5
Terapêutica da Fala	15	Gestão do Lazer e Animação Turística	1
Escola Superior de Tecnologia de Faro		Informação Turística	
Engenharia Alimentar	3	Instituto Politécnico de Lisboa	
Engenharia Civil	10 6	Escola Superior de Comunicação Social	
Engenharia Mecânica	10	•	
Instituto Politécnico da Guarda		Audiovisual e Multimédia	11
Escola Superior de Educação		Jornalismo	5
Comunicação e Relações Económicas	5	Tuesdand Caramatang Control Control	
Comunicação e Relações Públicas	5	Escola Superior de Música	
Escola Superior de Tecnologia e Gestão		Música, variante de Composição	
Contabilidade e Auditoria	15	Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa	
Engenharia Civil	3	•	
Engenharia do Ambiente	3 2	Análises Clínicas e de Saúde Pública	10
Engenharia Mecânica	$\frac{2}{3}$	Anatomia Patológica, Citológica e Tanatológica Cardiopneumologia	6 2
Gestão	6	Dietética	1
Marketing	10	Farmácia	3
Secretariado e Assessoria de Direcção	3	Fisioterapia	15
Escola Superior de Turismo e Telecomunicações de Seia	ı	Medicina Nuclear	2 4
Turismo e Lazer	4	Ortóptica	4
Turismo e Euzer	•	Radiologia	5
Instituto Politécnico de Leiria		Radioterapia Saúde Ambiental	2 5
Escola Superior de Artes e Design das Caldas da Rainha	l	Saude / Milotental	3
Artes Plásticas	2	Instituto Superior de Contabilidade e Administração	
Tecnologias da Informação Empresarial	1 4	Contabilidade e Administração	65
Escola Superior de Educação		Instituto Superior de Engenharia	
Comunicação Social e Educação Multimédia	4	Engenharia Civil	5
Serviço Social	4	Engenharia de Sistemas das Telecomunicações e Electrónica	20
Escola Superior de Tecnologia e Gestão		Engenharia Electrotécnica — Automação Industrial e Sistemas de Potência	20
Comércio e Marketing	4	Engenharia Informática e de Computadores	20
Contabilidade e Finanças	10 5	Engenharia Mecânica	15 40

Instituto Politécnico de Portalegre	Vagas		Vagas
Escola Superior Agrária de Elvas		Engenharia Electrotécnica — Electrónica e Com-	10
Engenharia Agrária e Desenvolvimento Regional	20	putadores	10
Escola Superior de Educação		de Energia	5 5
Animação Educativa e Sociocultural	2	Engenharia Informática Engenharia Mecânica	10 20
Jornalismo e Comunicação	2	Engenharia Química	
Turismo e Termalismo	2		
Escola Superior de Tecnologia e Gestão		Instituto Politécnico de Santarém	
•	10	Escola Superior Agrária	
Assessoria de Administração Contabilidade e Auditoria	10 10	Engenharia Agrária	5
Design de Comunicação	10	Engenharia Alimentar	3
Engenharia Civil	10	Engenharia da Gestão e Ordenamento Rural	5
Engenharia Electromecânica	10	Engenharia da Produção Animal	1
Engenharia Industrial e da Qualidade	10	Escola Superior de Gestão	
Gestão Estratégica	10 10	_	
Marketing	10	Administração Pública e Autárquica	6
Instituto Politécnico do Porto		Contabilidade e Fiscalidade	8 12
	(Informática de Gestão	6
Curso de Tecnologia da Comunicação Audiovisual	6	Marketing e Consumo	
Escola Superior de Educação		Instituto Politécnico de Setúbal	
Educação Social	4	Escola Superior de Ciências Empresariais	
Gestão do Património	2	Contabilidade e Finanças	5
Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão		Gestão da Distribuição e da Logística	5 5
Ciências e Tecnologias da Documentação e Informação		Gestão de Recursos Humanos	5
Contabilidade e Administração	4 4	Marketing	5
Design	2	Contabilidade e Finanças (regime nocturno)	5
Engenharia de Produção	7	Escola Superior de Educação	
Engenharia Mecânica	7	•	2
Recursos Humanos	2	Animação e Intervenção Sociocultural Comunicação Social	$\frac{2}{2}$
Escola Superior de Música e das Artes do Espectáculo		Escola Superior de Saúde de Setúbal	2
		•	1
Canto	1	Fisioterapia	4 30
Composição	2 1	Terapia da Faia	50
Instrumento, área de Cordas		Escola Superior de Tecnologia do Barreiro	
Instrumento, área de Teclas		Engenharia Civil	10
Instrumento, área de Sopros	1	Engenharia Civii	10
Teatro	8	Escola Superior de Tecnologia de Setúbal	
Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Felgueiras		Engenharia de Automação, Controlo e Instrumentação	5
Ciências Empresariais	10	Engenharia do Ambiente	5
Engenharia Informática	10	Engenharia Electromecânica	5
		Engenharia de Electrónica e Computadores	5
Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto		Engenharia Electrotécnica	10 5
Saúde Ambiental	4	Engenharia Informática	10
Terapêutica da Fala	1	Engenharia Mecânica — Energia	5
		Engenharia de Electrónica e Computadores	
Instituto Superior de Contabilidade e Administração		(regime nocturno)	5
Comércio Internacional	10	Engenharia Informática (regime nocturno)	5
Contabilidade e Administração	19	Instituto Politécnico de Tomar	
Línguas e Secretariado	20 10		
wantening	10	Escola Superior de Gestão	
Instituto Superior de Engenharia		Administração Pública	5
Engenharia Civil	6	Gestão de Empresas	12 4
Engenharia de Instrumentação e Qualidade		Gestão de Recursos Humanos e Comportamento	7
Industrial		Organizacional	5

Escola Superior de Tecnologia de Abrantes	Vagas	Portaria n.º 836/2005
Comunicação Social		de 16 de Setembro
Engenharia e Gestão Industrial	10 5	A requerimento da Maiêutica — Cooperativa de Ensino Superior, C. R. L., entidade instituidora do Instituto Companyo de Maiêutica — Cooperativa de Instituto Companyo de Maiêutica — Cooperativa de Instituto Companyo de Instituto Cooperativa de
Escola Superior de Tecnologia de Tomar		tituto Superior da Maia, reconhecido, ao abrigo do dis- posto no Estatuto do Ensino Superior Particular e Coo-
Artes Plásticas — Pintura	2	perativo (Decreto-Lei n.º 271/89, de 19 de Agosto), pela
Conservação e Restauro	2	Portaria n.º 1006/91, de 2 de Outubro;
Engenharia Electrotécnica e de Computadores Engenharia Civil	2 10	Instruído, organizado e apreciado o processo nos termos dos artigos 57.º e 59.º do Estatuto do Ensino Supe-
Engenharia do Ambiente	3	rior Particular e Cooperativo, aprovado pelo Decreto-
Engenharia Informática		-Lei n.º 16/94, de 22 de Janeiro, alterado, por ratificação, pela Lei n.º 37/94, de 11 de Novembro, e pelo Decre-
Engenharia Química Gestão do Território e do Património Cultural	6	to-Lei n.º 94/99, de 23 de Março;
Tecnologia e Artes Gráficas	3	Colhido o parecer da comissão de especialistas a que se refere o n.º 3 do artigo 52.º do Estatuto;
Instituto Politécnico de Viana do Castelo		Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do
Escola Superior Agrária de Ponte de Lima		artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 296-A/98, de 25 de Setembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 99/99, de 30 de
Engenharia Agrária	30	Março, 26/2003, de 7 de Fevereiro, 76/2004, de 27 de
Engenharia e Marketing Agro-Alimentares	20 15	Março, e 158/2004, de 30 de Junho, e no artigo 64.º do referido Estatuto:
Engenharia do Ambiente e dos Recursos Rurais	13	Manda o Governo, pelo Ministro da Ciência, Tec-
Escola Superior de Ciências Empresariais de Valença		nologia e Ensino Superior, o seguinte:
Informática Empresarial	2	1.°
Escola Superior de Tecnologia e Gestão		Autorização de funcionamento
Design do Produto	5	É autorizado o funcionamento do curso de licencia-
Engenharia Alimentar	5 5	tura em Ciências da Comunicação no Instituto Superior
Engenharia da Computação Gráfica e Multimédia		da Maia, nas instalações que estejam autorizadas nos termos da lei.
Engenharia de Sistemas de Informação	10	2.°
Engenharia Electrónica e Redes de Computadores	5	
Engenharia Química	10	Duração
Gestão	8 5	 1 — O curso tem a duração de quatro anos. 2 — O número de semanas lectivas efectivas de cada
Instituto Politécnico de Viseu		ano lectivo, excluindo as destinadas a avaliação de conhecimentos, não pode ser inferior a 30.
Escola Superior Agrária		3 — O número de semanas lectivas efectivas de cada
•	10	semestre lectivo, excluindo as destinadas a avaliação de
Engenharia Agrária, variante Florestal Engenharia das Indústrias Agro-Alimentares	10 10	conhecimentos, não pode ser inferior a 15.
Engenharia Zootécnica	10	3.°
Engenharia Agrotecnológica	10	Plano de estudos
Escola Superior de Educação		É aprovado o plano de estudos do curso nos termos
Comunicação Social	5	do anexo à presente portaria.
Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego		4.°
Engenharia Informática e Telecomunicações	10	 Projecto
Gestão e Informática	10 10	A unidade curricular denominada «Projecto» reali-
Ocstao Turistica, Culturar e Latrimoniar	10	za-se nos termos fixados por regulamento a aprovar pelo
Escola Superior de Tecnologia		órgão legal e estatutariamente competente do estabe- lecimento de ensino.
Contabilidade e Administração (regime nocturno)	10 10	5.°
Engenharia Civil	15	
Engenharia do Ambiente	15	Grau
Engenharia Electrotécnica	15 15	A conclusão com aproveitamento de todas as uni- dades curriculares que integram o plano de estudos do
Gestão Comercial e da Produção	2	curso confere o direito à atribuição do grau de licen-
Turismo	5	ciado.

6.°

Condições de acesso

As condições de acesso ao curso são as fixadas nos termos da lei.

7.º

Número máximo de alunos

- 1 O número máximo de novos alunos a admitir anualmente não pode exceder 75.
- 2 A frequência global do curso não pode exceder 300 alunos.

8.0

Início de funcionamento

O curso pode começar a funcionar a partir do ano lectivo de 2005-2006, inclusive, um ano curricular em cada ano lectivo.

9.0

Condicionamento

A autorização e o reconhecimento operados pelo presente diploma não prejudicam, sob pena de revogação do mesmo, a obrigação dos órgãos responsáveis da entidade instituidora e do estabelecimento de ensino do cumprimento de eventuais adaptações ou correcções que sejam determinadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior quer por não cumprimento dos pressupostos de autorização e de reconhecimento quer em consequência das acções previstas no artigo 75.º do Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo.

10.°

Vagas para o ano lectivo de 2005-2006

- O número de vagas para a candidatura à matrícula e inscrição no ano lectivo de 2005-2006 é fixado em 60.
- O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *José Mariano Rebelo Pires Gago*, em 29 de Agosto de 2005.

ANEXO

Instituto Superior da Maia

Curso de Ciências da Comunicação

Grau de licenciado

OUADRO N.º 1

1.º ano

	Tipo						
Unidades curriculares		Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminários	Estágios	Observações
Introdução às Ciências Sociais Estatística Aplicada	Semestral	60	30	30			
Língua e Literatura Portuguesa I Uma das seguintes unidades curriculares:	Semestral	30	30	15			
Língua Estrangeira I — Inglês	Semestral	30	30	30			
Tecnologias de Informação e Comunicação I Língua e Literatura Portuguesa II Europa e a Comunidade Internacional	Semestral	30 60	30 30	60 15			
Sociologia da Informação	Semestral	60	30 30	60 60			

QUADRO N.º 2

	-						
	Tipo						
Unidades curriculares		Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminários	Estágios	Observações
Teorias da Comunicação I Língua e Literatura Portuguesa III Uma das seguintes unidades curriculares:	Semestral	30 30	30 30	30			
Língua Estrangeira II — Inglês Língua Estrangeira II — Francês	Semestral	30	30	30			(a)
Tecnologias de Informação e Comunicação III. Práticas de Comunicação II	Semestral	60	30 30	60 60			
Métodos e Técnicas da Investigação Social Tecnologias de Informação e Comunicação IV Práticas de Comunicação III	Semestral	60	30 30 30	60 60			

OUADRO N.º 3

3.º ano

	Tipo						
Unidades curriculares		Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminários	Estágios	Observações
Direito e Deontologia da Comunicação Cultura Contemporânea Teorias da Comunicação II Tecnologias de Informação e Comunicação V Práticas de Comunicação IV Psicossociologia da Comunicação Tecnologias de Informação e Comunicação VI Práticas de Comunicação V Duas das seguintes unidades curriculares:	Semestral Semestral Semestral Semestral Semestral Semestral Semestral Semestral Semestral	45 60 30 45	30 30 30 30 30	60 60 60			
Jornalismo I			30	60			

QUADRO N.º 4

4.º ano

	Tipo						
Unidades curriculares		Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminários	Estágios	Observações
Quatro das seguintes unidades curriculares:							
Jornalismo II Marketing e Publicidade II Comunicação Organizacional II Jornalismo III Marketing e Publicidade III Comunicação Organizacional III	Semestral	30	30	30			(a)
Uma das seguintes unidades curriculares:							
Pedagogia e Didáctica da Comunicação Gestão de Recursos Humanos		45					
Seminário Ágora	Semestral				45	300	

⁽a) De acordo com a opção feita no 3.º ano.

Portaria n.º 837/2005

de 16 de Setembro

Sob proposta dos órgãos legais e estatutariamente competentes dos estabelecimentos de ensino superior público referidos no anexo da presente portaria;

Ouvido o grupo de acompanhamento do ensino superior na área da saúde, constituído pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 116/2002, de 2 de Outubro;

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 353/99, de 3 de Setembro:

Manda o Governo, pelo Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, o seguinte:

1.º

Fixação das vagas

São fixadas, nos termos do anexo da presente portaria, as vagas para a candidatura à matrícula e inscrição no ano lectivo de 2005-2006 nos cursos de pós-licenciatura de especialização em Enfermagem ministrados em estabelecimentos de ensino superior público.

2.º

Entrada em vigor

Esta portaria entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *José Mariano Rebelo Pires Gago*, em 29 de Agosto de 2005.

ANEXO Vagas para o ano lectivo de 2005-2006

Estabelecimento	Vagas
Cursos de pós-licenciatura de especialização em Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia	
Escola Superior de Enfermagem do Dr. Ângelo da Fonseca	30 25 -

Estabelecimento	Vagas
Escola Superior de Enfermagem de Calouste Gulbenkian de Lisboa	- -
Escola Superior de Enfermagem de Maria Fernanda Resende	40
Escola Superior de Enfermagem de São João	30 20 26
Cursos de pós-licenciatura de especialização em Enfermagem de Reabilitação	
Escola Superior de Enfermagem de Bissaya Barreto Escola Superior de Enfermagem de Artur Ravara Escola Superior de Enfermagem de Calouste Gulben-	40 -
kian de Lisboa	40 –
Resende	_ 25
Curso de pós-licenciatura de especialização em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediatria	
Escola Superior de Saúde de Viseu	20
Curso de pós-licenciatura de especialização em Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiatria	
Escola Superior de Enfermagem de São João de Deus	25

Portaria n.º 838/2005

de 16 de Setembro

A requerimento da COFAC — Cooperativa de Formação e Animação Cultural, C. R. L., entidade instituidora da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, reconhecida como de interesse público, ao abrigo do disposto no Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 16/94, de 22 de Janeiro, alterado, por ratificação, pela Lei n.º 37/94, de 11 de Novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 94/99, de 23 de Março), pelo Decreto-Lei n.º 92/98, de 14 de Abril;

Considerando o disposto na Portaria n.º 189/95, de 14 de Março, conjugada com o n.º 2 do artigo 7.º do

Decreto-Lei n.º 92/98, de 14 de Abril, e alterada pelas Portarias n.ºs 896/98, de 10 de Outubro, 1296/2001, de 19 de Novembro, 1148/2002, de 28 de Agosto, e 1379/2004, de 30 de Outubro;

Instruído, organizado e apreciado o processo nos termos do artigo 67.º do Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo;

Colhido o parecer da comissão de especialistas a que se refere o n.º 3 do artigo 52.º do Estatuto;

Ao abrigo do disposto no artigo 64.º do referido Estatuto:

Manda o Governo, pelo Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, o seguinte:

1.0

Alteração do plano de estudos

O anexo à Portaria n.º 189/95, de 14 de Março, alterada pelas Portarias n.ºs 896/98, de 10 de Outubro, 1296/2001, de 19 de Novembro, 1148/2002, de 28 de Agosto, e 1379/2004, de 30 de Outubro, que aprovou o plano de estudos do curso de licenciatura em Arquitectura ministrado pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, passa a ter a redacção constante do anexo à presente portaria.

2.0

Transição

As regras de transição entre o anterior e o novo plano de estudos são fixadas pelo órgão legal e estatutariamente competente do estabelecimento de ensino.

3.°

Aplicação

O disposto na presente portaria aplica-se a partir do ano lectivo de 2005-2006, inclusive.

O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *José Mariano Rebelo Pires Gago*, em 29 de Agosto de 2005.

ANEXO

(Portaria n.º 189/95, de 14 de Março, alterada pelas Portarias n.ºs 896/98, de 10 de Outubro, 1296/2001, de 19 de Novembro, 1148/2002, de 28 de Agosto, e 1379/2004, de 30 de Outubro — alteração)

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Curso de Arquitectura

Grau de licenciado

QUADRO N.º 1

Unidades curriculares	Tipo						
		Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminários	Estágios	Observações
Arquitectura Analítica	Anual	1	3 2 2	5 3			

Unidades curriculares	Tipo						
		Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminários	Estágios	Observações
Geometria Descritiva	Amuel		2				
)				
História da Arquitectura I		2					
CAD	Anual			2			
Introdução ao Pensamento Contemporâneo	Anual	2					
Materiais	Semestral		2				
Semiótica	Semestral	2					

QUADRO N.º 2

2.º ano

Unidades curriculares	Tipo						
		Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminários	Estágios	Observações
Projecto I Desenho II Geografia Tecnologias I Estática História da Arquitectura II	Anual	2 1 1 2 3	4 2 1 2 1	6 3 1			

QUADRO N.º 3

3.º ano

Unidades curriculares	Tipo						
		Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminários	Estágios	Observações
Projecto II	Anual	2 1 2	4 1 1	6 3 1			
Física das Construções	Anual	1 2 2	1				

QUADRO N.º 4

Unidades curriculares	Tipo						
		Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminários	Estágios	Observações
Projecto III	Anual	2 2 1 2 2	4 3 2	8			
Duas das seguintes unidades curricu- lares:							
Desenho Urbano II	Semestral		3 3				
Crítica e Estética Arquitectónica I	Semestral	2					

OUADRO N.º 5

5.º ano

	Tipo						
Unidades curriculares		Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminários	Estágios	Observações
Projecto IV	Anual	2 2 1 2	4 3 2	8			(a)
Desenho Urbano III		2	3 3				

(a) Integra, no 2.º semestre, a realização da tese final



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8814/85 ISSN 0870-9963

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao Diário da República desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Os prazos para reclamação de faltas do Diário da República são, respectivamente, de 30 dias para o continente e de 60 dias para as Regiões Autónomas e estrangeiro, contados da data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO (IVA INCLUÍDO 5%)

€ 0,80





Diário da República Electrónico: Endereço Internet: http://www.dre.pt Correio electrónico: dre @ incm.pt Linha azul: 808 200 110 Fax: 21 394 57 50



IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

LIVRARIAS

- Loja do Cidadão (Aveiro) Rua de Orlando Oliveira, 41 e 47 3800-040 Aveiro Telef. 23 440 58 49 Fax 23 440 58 64
- Avenida de Fernão de Magalhães, 486 3000-173 Coimbra Telef. 23 985 64 00 Fax 23 985 64 16
- Rua da Escola Politécnica, 135 1250-100 Lisboa Telef. 21 394 57 00 Fax 21 394 57 58 Metro Rato
- Rua do Marquês de Sá da Bandeira, 16-A e 16-B 1050-148 Lisboa Telef. 21 330 17 00 Fax 21 330 17 07 Metro S. Sebastião
- Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 1099-002 Lisboa Telef. 21 383 58 00 Fax 21 383 58 34
- Rua de D. Filipa de Vilhena, 12 1000-136 Lisboa Telef. 21 781 07 00 Fax 21 781 07 95 Metro — Saldanha
- Rua das Portas de Santo Antão, 2-2/A 1150-268 Lisboa Telefs. 21 324 04 07/8 Fax 21 324 04 09 Metro — Rossio
- Loja do Cidadão (Lisboa) Rua de Abranches Ferrão, 10 1600-001 Lisboa Telef. 21 723 13 70 Fax 21 723 13 71 Metro — Laranjeiras
- Avenida de Roma, 1 1000-260 Lisboa Telef. 21 840 10 24 Fax 21 840 09 61
- Praça de Guilherme Gomes Fernandes, 84 4050-294 Porto Telef. 22 339 58 20 Fax 22 339 58 23
- Loja do Cidadão (Porto) Avenida de Fernão Magalhães, 1862 4350-158 Porto Telef. 22 557 19 27 Fax 22 557 19 29